SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

RELATÓRIO FINAL

8ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SAÚDE DE GOIÁS

"Saúde pública de qualidade para cuidar bem das pessoas: direito do povo brasileiro"

Goiânia – GO
Setembro – 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

SUMÁRIO

1 Cenário Geral.....3

2 8ª. Conferência Estadual de Saúde.....5

3 Propostas Encaminhadas à 15ª. Conferência Nacional de Saúde.....7

4 Moções.....14

5 Eleição de Delegados.....16

8 Considerações Finais.....25

Goiânia – GO
Setembro – 2015.

1. CENÁRIO GERAL

O Estado de Goiás possui 246 municípios e está situado a leste da Região Centro-Oeste, no Planalto Central brasileiro. Segundo o IBGE, a população estimada para 2015 é de 6.610.681 habitantes, área de 340.11,376 Km², com densidade demográfica de 17,65hab/Km².

O processo de preparação para a Conferência Estadual/Nacional de Saúde, no Estado de Goiás, foi iniciado no início de 2015. Houve vários encontros entre membros do Conselho Estadual de Saúde (CES), Regionais e Conselhos Municipais, com o intuito inicial de mobilização para a realização da conferência, além de instrumentalização para discussão dos problemas loco regionais e capacitação para o planejamento das ações de saúde dos municípios.

Muitos municípios nunca haviam realizado Conferência Municipal de Saúde, nem Etapa Municipal de Conferência Nacional de Saúde. Alguns deles precisaram reorganizar-se em todos os sentidos, inclusive, na instituição formal do Conselho Municipal de Saúde, ou na reativação do mesmo, para realizar a Conferência sendo que, alguns, foram alertados de que a não realização da conferência poderia motivar a penalização do município com o corte de repasse de recursos.

Pela primeira vez, todos os 246 municípios do Estado realizaram a etapa municipal da Conferência Nacional de Saúde. Destes, apenas 04 (quatro) não enviaram relatório e 01 (um) deles enviou por meio eletrônico, mas fora do prazo estabelecido, e não teve suas propostas analisadas para compor o caderno de propostas que foi discutido na Conferência Regional. Entretanto, nesta etapa, ainda houve possibilidade de acréscimo de novas propostas e o município teve a oportunidade de incluí-las a fim de que fossem encaminhadas para a etapa estadual da conferência.

O CES optou pela realização da etapa Regional da Conferência de Saúde, além das Etapas Municipais, assim, no período de 09 de abril a 10 de agosto de 2015, foram realizadas as etapas municipais e, de 18 de agosto a 10 de setembro, as etapas regionais.

Goiás possui 18 regionais de saúde: Central – 26 municípios; Centro-Sul – 25 municípios; Entorno Norte – 08 municípios; Entorno Sul – 7 municípios; Estrada de Ferro – 18 municípios; Nordeste I – 5 municípios e II – 11 municípios; Norte – 13 municípios; Oeste I – 16 municípios e II – 13 municípios; Pireneus – 10 municípios; Rio Vermelho – 17; São Patrício I – 20 municípios e II – 8 municípios; Serra da Mesa – 9 municípios; Sudoeste I – 18 municípios e II – 10 municípios; e Sul – 12 municípios, sendo a Central localizada na capital do Estado e a Nordeste I uma das mais

distantes e menos populosa. Cada uma dessas regionais possui estrutura, corpo técnico e atuação diferenciadas; umas com mais, outras com menos dificuldades e limitações.

Esse fato evidenciou-se a partir da organização das conferências municipais e da necessidade de apoio técnico solicitado pela maioria dos municípios às regionais e destas ao CES. Também pelas fragilidades apresentadas na execução das conferências municipais e da qualidade do resultado das mesmas, explicitado por relatórios que, sequer, continham propostas a serem encaminhadas pelo município, ou resumiram-se em descrever palestras apresentadas, sem contemplar uma das diretrizes das conferências que era a elaboração dos Planos de Saúde Municipais.

Objetivou-se, na etapa regional da conferência, qualificar a regionalização, discutindo a estrutura de Sistemas Regionais de Saúde conforme as Diretrizes da Resolução Nº 02/2015 CES-GO, com a ideia que se fizesse um diagnóstico da estrutura de sistema de saúde em cada região para, a partir daí, elaborar diretrizes que buscassem a regionalização com todos os seus ingredientes: estruturação das linhas de cuidado, Redes de Atenção à Saúde e governança interfederativa, constituindo assim a implantação de um planejamento ascendente integrado e participativo.

Para a realização das etapas regionais houve o envolvimento de profissionais lotados nas 18 (dezoito) Regionais de Saúde, Escola Estadual de Saúde Pública Cândido Santiago, além da própria Secretaria Geral da 8ª Conferência Estadual de Saúde e de servidores da Secretaria Executiva do CES.

2. 8ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SAÚDE

A 8ª Conferência Estadual de Saúde do Estado de Goiás foi realizada no período de 23 a 26/09/2015, no Augustu's Hotel, na cidade de Goiânia.

O projeto inicial previu a participação de 351 pessoas mas, efetivamente, houve apenas 270, entre delegados, convidados, palestrantes e credenciamento livre.

A proposta inicial foi de incentivar participações que privilegiassem a cultura local e a participação de usuários. Nesse sentido, durante a conferência, houve apresentações do Coral do Palácio do Governo e do Coral da Saúde do Estado de Goiás, além do Bloco de Percussão Desencuca e do Grupo Cuca Fresca, ambos compostos por trabalhadores e usuários da Saúde Mental do Município de Goiânia. Houve também apresentação de um grupo de dança da academia Sport Dance e apresentação do cantor local, Waldo Alves.

A abertura ocorreu no dia 23/09/15, às 18h, com o acolhimento e credenciamento dos delegados. Compuseram a mesa de abertura a Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Goiânia, Ir. Joana Mendes, a Presidente do Conselho Regional de Enfermagem (COREN/GO), Sra. Ivete Santos Barreto, a Vice-Presidente do CES, Sra. Maria Cecília Martins Brito, a presidente da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN/GO), Sra. Patrícia Antunes, a representante do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Sra. Lorena Baia, a representante do COSEMS, Sra. Lucélia Abreu, o Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT/GO), Sr. Mauro Rubem de Menezes Jonas, o Sr. Antônio Carlos Figueiredo Nardi representando o Ministro da Saúde, Ademar Arthur Chioro dos Reis, o Sr. Cláudio Tavares representando o Prefeito de Goiânia, Paulo de Siqueira Garcia e o Secretário Municipal de Saúde Fernando Machado de Araújo, o Sr. Halim Antônio Girade representando o governador Marconi Ferreira Perillo Júnior e o Secretário de Estado da Saúde Leonardo Moura Vilela, além do presidente do CES, Sr Venerando Lemes de Jesus.

A abertura foi oficialmente realizada pelo presidente do CES que cumprimentou os presentes e, em seguida, passou a fala à representante do CNS, Sra. Lorena Baía. Ela foi enfática na defesa do SUS público, gratuito e de qualidade e frisou o fato de que, no Estado de Goiás, a permanência das Organizações Sociais (OS) na gestão dos Serviços de Saúde fragiliza os princípios basilares do SUS. Em seguida o Sr. Halim Girade foi convidado a falar, em nome do Secretário de Estado da Saúde, e teceu comentários elogiosos ao modelo de gestão adotado pelo Estado, que utiliza as Organizações Sociais (OS) para gerenciar os serviços de saúde. Sua fala foi interrompida

por uma usuária que manifestou sua indignação ao perceber a defesa do Sr. Halim Girade da permanência das OS na administração dos hospitais públicos do Estado de Goiás como sendo solução aos entraves administrativos do SUS e como sendo caminho a ser seguido por outros estados.

A palestra magna foi proferida por Antônio Carlos Figueiredo Nardi/SVS/MS, que declinou sobre os avanços e fragilidades do Sistema Único de Saúde, além das ações necessárias para proteção e salvaguarda desse sistema.

Goiânia – GO
Setembro – 2015.

3. PROPOSTAS ENCAMINHADAS À 15ª. CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

Seguem abaixo as diretrizes e propostas aprovadas pela plenária final para serem encaminhadas à 15ª Conferência Nacional de Saúde:

EIXO I
DIREITO À SAÚDE, GARANTIA DE ACESSO E ATENÇÃO DE QUALIDADE

DIRETRIZ	**Garantia de atenção à saúde de acordo com os princípios basilares do SUS de integralidade, equidade e universalidade.**
PROPOSTAS EIXO I DIREITO À SAÚDE, GARANTIA DE ACESSO E ATENÇÃO DE QUALIDADE	
Nº	**PROPOSTAS**
1	Garantir a implementação da Política Nacional de Saúde Bucal, garantindo mais investimentos financeiros para custeio e aquisição de materiais e equipamentos, com cofinanciamento tripartite, garantindo a todos municípios a oportunidade de implantação do CEO (Centro Especialidade Odontológica), beneficiando o agrupamento dos municípios de pequeno porte.
2	Garantir a atenção integral à saúde, o acesso de qualidade, a equidade e a implementação das Políticas de Atenção Psicossocial, inclusive Consultórios de Rua; Políticas de Equidade para Negros, LGBT, Comunidades Tradicionais (povos indígenas, quilombolas, ciganos, entre outros) e outras populações vulneráveis, aprimorando ações de atenção básica, saneamento e acessibilidade, observando e respeitando as práticas tradicionais de saúde dessas comunidades.
3	Fortalecer o cuidado à saúde nos serviços básicos e especializados, conhecendo as necessidades de saúde da população para garantia adequada de serviços e ações de forma integral e humanizada, com qualidade e em tempo oportuno, valorizando a promoção da saúde e a Estratégia Saúde da Família, garantindo a hierarquização do atendimento, a oferta de recursos humanos, a prevenção de doenças, o tratamento e as reabilitações, objetivando reduzir as mortes evitáveis e qualificar as condições de vida das pessoas.
4	Implantar o Serviço Nacional de Regulação de Urgência e Emergência, que seja interligado com todas as regiões de saúde, estruturado com recursos humanos qualificados, estrutura física e interligado a programas que contemplem a atenção integral à saúde, com garantia de continuidade de atendimento na rede de atenção à saúde do Sistema Único de Saúde até a Reabilitação.
5	Implantar e fortalecer os projetos terapêuticos singulares para atendimento da demanda de saúde mental e estimular a organização das práticas integrativas complementares.

EIXO II – PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

DIRETRIZ	**Garantir o fortalecimento e estruturação do Controle Social de acordo com as Leis Orgânicas da Saúde.**
EIXO II PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	
Nº	**PROPOSTAS**
1	Comprometer e responsabilizar civil e criminalmente os gestores nas três esferas do SUS pela oferta de estrutura física respeitando a lei de acessibilidade, recursos humanos e financiamento adequado para que os conselhos de saúde possam exercer plenamente suas funções, cumprindo com as atribuições definidas em lei, respeitando a competência legal, a autonomia e o caráter deliberativo dos conselhos de saúde na formulação de políticas e na fiscalização das três esferas de governo e conselhos locais de saúde.
2	Fortalecer as instâncias de controle social e garantir o caráter deliberativo, ampliando os canais de interação com o usuário com garantia de transparência e participação cidadã, mobilizando e estabelecendo diálogos com a sociedade brasileira acerca do direito a saúde e em defesa do SUS.
3	Fortalecer e implementar a rede de informação e transparência, incentivando a participação e controle social nas três esferas de governo, com divulgação dos direitos e deveres da população.
4	Garantir a inclusão e participação nos espaços dos conselhos de saúde representações das mulheres, idosos, população do campo e da floresta, juventude, população negra povos tradicionais (quilombola, indígena, ciganos e religiões de matriz africana), LGBTT, população em situação de rua e pessoas com deficiência, buscando o enfrentamento das iniquidades em saúde.
5	Elaborar orçamento participativo em todas as esferas do sus, responsabilizando os gestores nas três esferas conforme a legislação vigente, garantindo acesso em tempo hábil. Conscientizar a população por meio de campanhas educativas e informativas sobre a responsabilidade orçamentária de cada esfera pública. Fortalecer a elaboração de orçamentos participativos em todas as esferas do SUS, de forma clara e discriminada para apreciação dos conselhos de saúde.

EIXO III
VALORIZAÇÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE

DIRETRIZ	**Garantir políticas públicas que incentivem a fixação, a valorização, a qualificação e a competência técnica do trabalhador e da trabalhadora do SUS.**
EIXO III VALORIZAÇÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE	

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Nº	PROPOSTAS
1	Efetivar a Política de saúde do trabalhador em saúde, ampliando o CEREST e CIST Regionais, garantindo melhores condições de trabalho, assegurando ambientes de trabalhos saudáveis e promotores do bem-estar dos usuários e dos trabalhadores.
2	Fortalecer o papel do Estado na regulação, acompanhamento e controle das reestruturações curriculares das profissões da área da saúde, com a garantia da expansão e qualidade de vagas nas universidades públicas e privadas, articuladas com a regulação e a fiscalização da qualidade de criação de novos cursos, em acordo com as necessidades de saúde da população, com ênfase na Atenção Primária à Saúde (APS), considerando o trabalho em saúde a partir da perspectiva da equipe multidisciplinar e interdisciplinar, incorporando estes princípios desde o processo de formação profissional e reconhecendo as especificidades dos povos tradicionais, comunidades rurais, ribeirinhas, população negra e LGBTT, ampliando a participação social no processo de reforma curricular, contemplando assim os saberes compartilhados na construção de projetos e intervenção junto ao indivíduo comunidade.
3	Garantir o acesso ao serviço público exclusivamente por meio da realização de concurso público e Regime Jurídico Único, eliminando a precarização dos vínculos e a rotatividade no trabalho, por meio de aprovação e implementação do Plano de Carreira Cargos e Salários para o servidor do SUS, com ênfase na educação permanente a fim de garantir todos os direitos do(a) trabalhador(a) e do(a) usuário(a).
4	Investir na carreira pública para os(as) trabalhadores(as) da saúde realizando concurso público, com Regime Jurídico Único (RJU), eliminando assim as terceirizações, e também a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que rompe com os direitos dos(as) trabalhadores(as) e usuários(as). Valorizar o profissional com a aprovação e implementação do Plano de Carreira e Cargos e Salários Nacional do SUS, com redução de jornada de trabalho de 44h para 30h semanais, sem redução do salário, e a valorização dos profissionais com dedicação exclusiva. Criar espaços de fala e escuta dos profissionais investindo em espaços de ambiência para acolhimento e melhoria nas relações de trabalho. Garantir a gratificação de insalubridade a todos os profissionais de acordo com os níveis de riscos e fatores psicossociais promotores de adoecimento nos espaços de trabalho, possibilitando a incorporação da mesma para fins de aposentadoria.
5	Implementar a política de educação permanente do SUS, facilitando a entrada dos servidores em programas de cursos de formação, aperfeiçoamento, técnicos, graduação e pós-graduação (Lato e Stricto Sensu) presencial e a distância enquanto política de educação permanente em parceria com as Instituições Públicas de Ensino Superior, como incentivo aos profissionais de saúde do SUS. Investir na Política de Humanização do SUS com ênfase na educação permanente dos profissionais que realizam os primeiros atendimentos e fazem as primeiras orientações, a fim de que sejam capacitados a prestar o atendimento de qualidade com escuta ativa e humanizada.

Goiânia – GO
Setembro – 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

EIXO IV
FINANCIAMENTO DO SUS E RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO

DIRETRIZ	**Garantir financiamento estável e sustentável para o SUS.**
PROPOSTAS EIXO IV FINANCIAMENTO DO SUS E RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO	
Nº	**PROPOSTAS**
1	Reafirmar a saúde como direito universal e integral e dever do estado, destinando 10% das receitas correntes brutas da união ou equivalente; assegurando financiamento estável com definição de novas fontes de financiamento; e priorizando o investimento na atenção primária e nos serviços exclusivamente públicos.
2	Revisar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) quanto ao limite de gasto com pessoal na área da saúde suprimindo o setor saúde do seu regramento para investir na contratação de profissionais de saúde para o SUS por meio de concursos públicos pelo regime jurídico único (RJU) e para sustentar a criação da carreira única do SUS pactuada entre as três esferas de governo, contemplando todos os trabalhadores, a isonomia salarial por nível de formação, valorizando de forma diferenciada a dedicação exclusiva, a interiorização, qualificação e o tempo de serviço; garantindo piso salarial, plano de carreira e jornada máximo semanal de 30 horas, bem como a ascensão funcional com critérios objetivos para o preenchimento dos cargos em comissão até o cargo de Diretor conforme determina a Constituição Federal.
3	Realizar imediatamente a Auditoria da Dívida Pública; a extinção dos subsídios públicos aos Planos Privados de Saúde; do fim da isenção integral às ações e planos de saúde privados no Imposto de Renda com destinação da arrecadação para o SUS, bem como o aprimoramento da cobrança do ressarcimento ao SUS dos serviços prestados aos usuários da saúde suplementar; posicionar-se contrário à PEC nº 451/2014, que pretende tornar obrigatória a garantia de plano de saúde para o trabalhador do mercado formal; a taxação progressiva das grandes fortunas e heranças, com percentual da arrecadação destinada às ações e serviços do SUS; e a implementação efetiva dos recursos garantidos à saúde na Lei dos Royalties do Pré-sal (25%).
4	Eliminar todos os chamados “novos” modelos de gestão e pela revogação das Leis (federais, estaduais e municipais) que criaram as Organizações Sociais, OSCIPs, as Fundações Estatais de Direito Privado, as empresas públicas de direito privado (como Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH – e suas subsidiárias), as parcerias público-privadas, entre outras**.**
5	Suprimir o artigo 142 da Lei nº 13.097/2015 que altera o artigo 23 e acrescenta o artigo 53-A na Lei nº 8.080/1990 que trata da entrada de capital estrangeiro na assistência à saúde.

EIXO V
GESTÃO DO SUS E MODELOS DE ATENÇÃO À SAÚDE
Goiânia – GO
Setembro – 2015.

DIRETRIZ	**Defesa incondicional do SUS público, 100% estatal e de qualidade e sob a gestão direta do Estado e contra todas as formas de privatização e parcerias público-privadas e/ou estrangeiros. Contra todos os chamados "novos" modelos de gestão e pela revogação das Leis (federais, estaduais e municipais) que criam as Organizações Sociais, O TERCEIRO SETOR, as Fundações Estatais de direito privado, a Empresa Brasileira de serviços Hospitalares e suas subsidiárias e as parcerias Público-privadas, entre outras.**
EIXO V GESTÃO DO SUS E MODELOS DE ATENÇÃO À SAÚDE	
Nº	**PROPOSTAS**
1	Reorganizar e implementar a rede de atenção à saúde mental e álcool, crack e outras drogas em nível regional garantindo a sua descentralização.
2	Disponibilizar ao usuário consulta via online de sua localização na fila de espera para exames e consultas especializadas, possibilitando um acompanhamento com transparência do andamento da sua solicitação através da criação do portal do SISREG (Sistema Nacional de Regulação), com a opção de consultas para usuários
3	Garantir recursos financeiros para implantação da atenção básica para atingir 100% da população brasileira, fortalecendo-a como ordenadora do sistema com inclusão obrigatória de equipes de Saúde Bucal em todas ESF`s.
4	Alterar a lei de Responsabilidade Fiscal referente ao limite de gastos com pessoal da área da saúde, ampliando conforme as necessidades de recursos humanos do SUS.
5	Alterar a lei ordinária de contratos e licitações da administração pública e pregões (Lei nº 8666/93 e nº 10.250/02) em relação à saúde, a fim de desburocratizar a gestão do SUS e garantir a transparência , segura e agilidade nos processos de aquisição de produtos bens e serviços com a participação do controle social em todo processo.

EIXO VI
INFORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO SUS

DIRETRIZ	**Promover políticas de informação, comunicação e educação que resulte no empoderamento dos usuários do SUS.**
EIXO VI INFORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO SUS	
Nº	**PROPOSTAS**
1	Realizar campanhas informativas e educativas, de divulgação do Sistema Único de Saúde (SUS) nos três níveis de atenção, sobre os princípios, o fluxo de atendimento, o funcionamento do SUS e os direitos dos usuários da saúde, promovendo ampla divulgação e informação à população e enfatizando suas atribuições, o estímulo à participação popular nos conselhos de saúde, além do acesso aos portadores de necessidades especiais e outras populações vulneráveis.

2	Criar Política de Integração das informações do SUS, garantindo suporte técnico para a área tecnológica e investimento em softwares atualizados, para que, todos os Sistemas de Informação e órgãos de atendimento tenham informações interligadas, permitindo que a construção de informações em saúde sejam baseadas em evidências científicas consolidadas, sem perda de dados ou tempo, facilitando e beneficiando o usuário e dando possibilidades de que as competências e atribuições dos profissionais sejam potencializadas, a fim de promover a produção e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico, análises de situação e inovação em saúde.
3	Inserção da disciplina Educação Ambiental e Saúde Coletiva na grade curricular dos níveis de educação infantil, ensino fundamental e médio, promovendo o consumo de alimentos saudáveis orgânicos proposto pelo novo Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde, a fim de disseminar de maneira rápida e eficaz informações referentes ao SUS.
4	Garantir a interligação de órgãos de controle interno e externo das secretarias de saúde e seus departamentos, conselhos de saúde e a transparência na divulgação qualificada e padronizada da informação acerca dos recursos aplicados na saúde assim como os resultados das auditorias realizadas.
5	Implantar o sistema HORUS em todos os Municípios onde ainda não haja e criar mecanismos de divulgação de informações da Atenção Básica; Urgência e Emergência; Redução de Danos e cuidados; Centro de Especialidades; Atendimento de MAC; Distribuição de medicação e utilização do HORUS, onde já esteja implantado.

EIXO VII
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO SUS

DIRETRIZ	**Garantir recursos financeiros, técnicos e tecnológicos para implementar a expansão tecnológica e científica necessária ao fortalecimento do SUS.**
EIXO VII CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO SUS	
Nº	**PROPOSTAS**
1	Informatização do registro de assistência realizada no SUS (exames, consultas e demais) por meio da implantação do prontuário eletrônico nacional, cartão de vacina on-line, aplicativos que permitam acessar dados de produção em tempo real e que permitam ao usuário acompanhamento da situação de regulação do usuário nos outros níveis de atenção à saúde.
2	Criar mecanismo de cruzamento de dados dos Sistemas de Informação, como ESUS, Prontuário Eletrônico e Cartão SUS para que o município de residência do usuário pague o tratamento que ele recebeu ao município que o realizou.
3	Reverter integralmente as ações e recursos financeiros do Programa “Farmácia Popular/Saúde não tem preço” para a estruturação da assistência farmacêutica pública na rede pública, inclusive na estruturação e financiamento de laboratórios estatais

	para pesquisa básica e produção de medicamentos, inclusive plantas medicinais e fitoterápicos, com revisão do fluxo e diminuição da burocracia para acesso ao medicamento.
4	Estruturar a assistência farmacêutica pública com financiamento de laboratórios estatais, investindo em pesquisas de novas tecnologias na área de insumos terapêuticos de acordo com normas da CONITEC/MS, incremento na pesquisa básica e produção de medicamentos, além da melhoria dos laboratórios e indústrias farmacêuticas; garantia de que Estados e Municípios fiquem livres do custeio integral, de medicamentos de terapias que ainda não foram aprovadas pela CONITEC/MS, defendendo que essas tecnologias fortaleçam a autonomia das pessoas e reduzam o risco de doenças e agravos provocados pela própria atenção à saúde, garantindo que o direito a assistência farmacêutica se amplie e seja efetivo no Brasil.
5	Acesso para os agentes de saúde ao programa E-SUS, e agentes de endemias ao SISFAD, que permita a integração dos sistemas de coleta de dados por meio de Palmtops, entre outros equipamentos que reduzam o tempo gasto com preenchimento de formulários e a unificação de prontuários e dados dos usuários por meio do cartão SUS.

EIXO VIII
REFORMAS DEMOCRÁTICAS E POPULARES DO ESTADO

DIRETRIZ	**Defender reformas nos poderes executivo, legislativo e judiciário que garantam transparência e a moralidade na gestão pública e a efetivação da democracia.**
EIXO VIII REFORMAS DEMOCRÁTICAS E POPULARES DO ESTADO	
Nº	**PROPOSTAS**
1	Posicionar-se contrário à PEC nº. 451\2014, que pretende tornar obrigatória a garantia de plano de saúde para o trabalhador do mercado formal.
2	Combater o PLC30/2015 que permite a terceirização inclusive para carreiras relacionadas a atividades-fim, rompendo todos os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros.
3	Reforma Política que busque o fortalecimento da democracia representativa, com controle social do processo eleitoral, financiamento público das campanhas eleitorais e proibição de financiamento por empresas, com o teto estabelecido, divisão igualitária entre os partidos, independentemente do tamanho dos mesmos e com mecanismos que possibilitem transparência e publicidade na prestação de contas campanhas eleitorais, combate à compra e venda de votos, que amplie a participação social nas decisões políticas, mediante plebiscitos, referendos e preferência na tramitação de projetos de lei de iniciativa popular.
4	Reforma Tributária que coloque o Brasil na direção dos países que alcançaram sistemas tributários mais justos, os quais determinam a quem tem mais patrimônio e mais riqueza o pagamento de mais impostos, garantindo a taxação progressiva das

	grandes fortunas, vinculada para investimento na saúde e educação do município tendo por objetivo a implantação da justiça fiscal, com aumento do imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) dos grandes latifúndios.
5	Investir em carreira pública para os servidores, realizando concursos públicos pelo Regime Jurídico Único (RJU) com plano de carreira para contratação de profissionais de saúde para o SUS, abolindo todas as formas de precarização do trabalho.

4. MOÇÕES

Após votação das propostas seguiu-se a votação das moções. Foram apresentadas e aprovadas oito moções, sendo cinco de repúdio, duas de apoio e uma com outros assuntos. São elas:

Nº	TIPO	ASSUNTO
01	Apoio	Aprovação do PL. 2295/2000 30 horas para a enfermagem.
02	Repúdio	Repúdio à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH)
03	Repúdio	Repúdio às práticas agrícolas à base de veneno voltadas às monoculturas enraizadas no latifúndio.

Segue transcrição abaixo:

MOÇÃO Nº 01

ASSUNTO: Aprovação do PL. 2295/2000 que regulamenta carga horária de 30 horas semanais para a enfermagem.

TIPO DE MOÇÃO: (X) APOIO; ( ) REPÚDIO; ( )OUTROS.

PROPOSTA:
Aprovação da PL2295/2000 que garanta a redução da jornada de trabalho de enfermagem, sendo

que essa luta tem mais de 15 anos que tramita no congresso.

JUSTIFICATIVA:
Considerando que o trabalhador de enfermagem é essencial na vida de toda a população.

Goiânia, 25 de setembro de 2015.

MOÇÃO Nº 02

ASSUNTO: Repúdio à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH)

TIPO DE MOÇÃO: ( ) APOIO; (X) REPÚDIO; ( ) OUTROS.

PROPOSTA:
Os (as) delegados (as) da 8° Conferência Estadual de Saúde de Goiás REPUDIAM a criação da empresa brasileira de serviços hospitalares pelo congresso e homologada pela presidenta Dilma e também repudiam o processo de adesão dos hospitais universitários federais que tem ocorrido de forma autoritária sem consulta dos (as) usurárias e comunidade universitária. Exigimos que os contratos sejam rescindidos e a gestão física financeira e de recursos humanos voltem para as universidades, bem como sejam realizados concursos públicos para contratação de trabalhadores da saúde.

JUSTIFICATIVA
A EBSERH fere a autonomia universitária e a legislação que criou o SUS pois, altera a natureza pública e gratuita dos serviços oferecidos por este hospital além de ser inconstitucional por permitir a contratação de RH sem concurso público.

Goiânia, 25 de setembro de 2015.

MOÇÃO Nº 03

ASSUNTO: Repúdio às práticas agrícolas à base de veneno voltadas às monoculturas enraizadas no latifúndio.

TIPO DE MOÇÃO: ( )APOIO; (X)REPÚDIO; ( )OUTROS

PROPOSTA:
Segundo o dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) o SUS não tem contato com estímulos políticos, técnicos e financeiros para implantar a vigilância em saúde de

populações expostas aos venenos. Sendo assim a 8ª Conferência Estadual de Saúde de Goiás repudia, através desta moção, o sistema hegemônico agrícola presente de forma cancerígena em Goiás. Entende-se que esse sistema é responsável pela causa de diversas doenças, sendo o câncer a principal, com uso indiscriminado de veneno nas lavouras de monocultura (soja, cana, algodão, etc), tais produtos se materializam em um afronte à saúde da população, com incentivos fiscais do governo, acompanhada de uma ausência peculiar de informações sobre a quantidade de veneno consumido. São nebulosos também seus impactos à saúde visto que as universidades e órgãos de pesquisa estão dominados pelo financiamento de empresas como a Monsanto, BASF e Syngenta (mais de 95% dos recursos da Embrapa estão voltados ao agronegócio), que além de produzirem veneno e fertilizantes dominam as sementes mundiais e tecnologia transgênica. Esta se furta, até hoje de estudos acerca de seu real efeito sobre a saúde.

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a contextualização acima, essa plenária exige a implementação urgente do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA) que se encontra engavetado desde 2006. Exigimos pesquisas e investimentos concretos em modelos agroecológicos de agricultura, assim como a elaboração de protocolos de atendimento do SUS à população exposta ao veneno.

Goiânia, 25 de setembro de 2015.

5. ELEIÇÃO DE DELEGADOS

No dia 26 de setembro, às 16h foi iniciada a Plenária dos Segmentos para eleição dos delegados para a 15ª. Conferência Nacional de Saúde, sob a coordenação do Coordenador da 8ª Conferência Estadual de Saúde, Sr. Venerando Lemes de Jesus, que designou os Delegados Paulo Gomes de Brito, Mauro Rubem de Menezes Jonas e Elza Luiz Rodrigues de Souza para coordenar a Plenária do Segmento dos Trabalhadores; os Delegados Alexsandro Jorge Lima e Rosa Maria Serafim para coordenar a Plenária do Segmento de gestores/prestadores e os Delegados Neito Pedro Chaves, Odesson Alves Ferreira e Amilton Graciano Ramos para coordenar a Plenária do Segmento de Usuários conferindo autonomia para que cada segmento escolhesse seus representantes para a

15ª Conferência Nacional de Saúde na forma do regulamento.

O segmento de Gestores foi o que primeiro finalizou a eleição dos seus pares e Sr. Alexsandro Jorge Lima encaminhou à Comissão de Relatoria a lista de delegados.

A escolha de delegados no segmento de trabalhadores foi estabeleceu como critério a escolha de um delegado por regional, dentre as que estivessem presentes naquele momento. O restante das vagas foi distribuída pelas entidades e movimentos populares presentes.

O segmento de usuários adotou o critério de escolha separando grupo por gênero conferindo autonomia para que cada grupo definisse os critérios de escolha. Entretanto, ao terminar as escolhas dos delegados e delegadas não havia quórum para referendar a relação dos escolhidos (as) na Plenária Final. Portanto, o Coordenador Venerando informou que a Comissão Organizadora da 8ª Conferência Estadual de Saúde verificaria a conformidade das escolhas às regras do Regimento e do Regulamento da Conferência para validar, ato contínuo a verificação foi realizada e a delegação de Goiás para a 15ª Conferência Nacional de Saúde ficou composta na forma abaixo:

SEGMENTO DE TRABALHADORES

Nº	DELEGADOS TITULARES	ENTIDADE	MUNICÍPIO	REGIONAL
01	DAYSI ALVES LIMA	SINDSEPEM - sindsepemval@htamail.com-daysi-alves@hotmail.com	VALPARAISO	ENTORNO SUL
02	JESULINA REGIS DOS SANTOS	SINTFESP/GO/TO/-sintfesp@terra .com.br- - jesulinaregis@gmail.com	GOIANIA	CENTRAL
03	**OSCAR = OZEAS** FERNANDES OLIVEIRA	SINTSEP-sintsepgo@sintsepgo.org.br	SENADOR CANEDO	CENTRO SUL
04	ANGELA CRISTINA BUENO FERREIRA	COREN-corengo@corengo.or.br-angelacristinabv@gmail.com	GOIÂNIA	CENTRAL
06	ROSENI BISPO DA SILCA	SINDACSE sindacse@htmail.co	GOIANIA	CENTRAL

		m-rosenibispo@hotmail.com		
07	HELOISA HELENA MENDONÇA ALMEIDA MASSANARA	FORUM GOIANO DE SAUDE MENTALfgsm@gmail.com, heloisamassanaro@gmail.com	GOIANIA	CENTRAL
08	JOILSON DAMASCENO DO ESPIRITO SANTO	ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA FUNASA-joilson.santo@funasa.gov.br-joilsonespiritosanto@gmail.com	GOIANIA	CENTRAL
09	VERA LUCIA DOS SANTOS	CRESS-diretoria@cressgoias.org.br.-veraluciasma@gmail.com	GOIANIA	CENTRAL
10	SUELY ALVES PEREIRA	COREN e SINDSAUDE sindsaudeadm@hotmail.com,suelymaravilha@hotmail.com	GOIANESIA	SÃO PATRICIO II
11	THIAGO VIEIRA CAMPOS	SINDICATALÃO /COREN corengo@corengo.or.br-campos -vieira @hotmail .com	CATALÃO	ESTRADA DE FERRO
12	MARIA APARECIDA DA SILVA NORBERTO	SINDICATO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS DE CALVACANTE_sindicat-mcidasilva_1968@hotmail.com	CAVALCANTE	NORDESTE II
13	EDUARDO SANTANA	SIMEGO - contato@simeg.com.br-meduardosantana@g	SANTA HELENA	SUDOESTE II

		mail.com		
14	ANTONIO MIGUEL DA SOUZA	SINDSAUDE-sindsaudeadm@hotmail.com-ams1957@gmail.com	ITABERAI	RIO VERMELHO
15	LORRANE RAFAELA DE SOUZA BRASILEIRO	COREM - corengo@corengo.or.br-lorranepop@hotmail.com	LUZIANIA	ENTORNO SUL
16	FRANCISCO SOARES CORREIA	SINTSEP – sintsepgo@sintsepgo.org.br-francosforro@gmail.com	URUAÇU	SERRA DA MESA
17	JOAO OLINTO RIBEIRO	COREN - corengo@corengo.or.br-j.o.a.o1234.@gmail.com	PIRINOPOLIS	PIRINEUS
18	WALDEMES EVANGELISTA	COREM-corengo@corengo.or.br-	SANTA TEREZINHA DE GOIAS	SÃO PATRICIO I
19	JOSE AUGUSTO MILHOMEN DA MOTA	SOEGO-soego@terracom	GOIÂNIA	CENTRAL
20	KARLA ALVES ROLDAO	SINFAR - sinfargo@sinfargo.org.br-karlaroldao@homail.com	GOIÂNIA	CENTRAL
21	FLAVIANA ALVES BARBOSA	SINDSAUDE-sindsaudeadm@hotmail.com-nanaflaviana@hotmail.com	GOIÂNIA	CENTRAL
22	MARTA VALERIA CALATAYUD CARVALHO	ABEN-GO (abengoias@gmail.com)	GOIÂNIA	CENTRAL
23	PAULO GOMES DE BRITO	SINDACSE-	GOIANIA	CENTRAL

		sindacse@htmail.com(paulogbacs@homail.com		
24	SHIRLEY MARIA DIONISIO MARTINS	SINTASB-sintasb.go@hotmail.com-shirleymartinsthd@hotmail.com	GOIANIA	CENTRAL
Nº	**DELEGADOS SUPLENTES**	**ENTIDADE**	**MUNICÍPIO**	**REGIONAL**
01	ELZA LUIZ RODRIGUES SOUZA	CRF/GO	GOIANIA	CENTRAL
02	JOSE ANTONIO OLIVEIRA	SINDICATO DOS ENFERMEIROS	AP DE GOIANIA	CENTRO SUL
03	ROMULO VAZ BARBOSA	SINDSAUDE	GOIANIA	CENTRAL
04	ANTONIO CARLOS PEREIRA	SINTSEP-GO	GOIANIA	CENTRAL
Nº	**CONVIDADOS**	**ENTIDADE**	**MUNICÍPIO**	**REGIONAL**
01	JACQUELINE RODRIGUES DE LIMA	FRENTE GOIANA CONTRA PRIVATIZAÇÃO	GOIÂNIA	CENTRAL
02	NORMALENE SENA DE OLIVEIRA	UFG-GO	CATALÃO	ESTRADA DE FERRO
03	CRISTIANE MORAIS IRINEU SILVA	SIND-ACS	PLANALTINA DE GOIÁS	ENTORNO NORTE

SEGMENTO DE GESTORES/PRESTADORES

Nº	DELEGADOS TITULARES	ENTIDADE	MUNICÍPIO	REGIONAL
01	MÍRIAM APARECIDA SILVA	SMS SANCLERLÂNDIA	SÃO LUIS MONTES BELOS	OESTE II
02	DIVINA SANTIAGO DE SOUSA	SMS GOIANIRA	GOIANIRA	
03	JOANA D'ARC ZACARIAS	SMS BOM JESUS DE GOIÁS	BOM JESUS DE GOIAS	SUL
04	JANAÍNA FIRMIO DOS SANTOS	SMS CERES	CERES	SÃO PATRÍCIO I
05	RAFAEL CAETANO DA	SMS	NIQUELÂNDI	SERRA DA

	SILVA	NIQUELÂNDIA	A	MESA
06	RONICE DO NASCIMENTO SOUSA	SMS CALDAS NOVAS	CALDAS NOVAS	ESTRADA DE FERRO
07	SILVANI APARECIDA DE SANTANA	SMS CRISTALINA	CRISTALINA	ENTORNO SUL
08	KLEITON MARTINS PEREIRA	SMS VALPARAÍSO DE GOIÁS	VALPARAÍSO DE GOIÁS	ENTORNO SUL
09	DANIANNE MARINHO E SILVA	SMS ANÁPOLIS	ANÁPOLIS	PIRENEUS
10	GLACIANE DIAS DOS SANTOS	UEG – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	ANÁPOLIS	PIRENEUS
11	CELIDALVA SOUSA BITTENCOURT	SMS GOIÂNIA	GOIÂNIA	CENTRAL
12	ÉRIKA LOPES ROCHA	SMS APARECIDA DE GOIÂNIA	APARECIDA DE GOIÂNIA	CENTRO SUL
13	ANA PAULA DO NASCIMENTO	FUNASA	ARAGOIÂNIA	CENTRO SUL
14	MÁRCIA FREIRE DANTAS COUTINHO	FUNASA	GOIÂNIA	CENTRAL
15	JANE MARY ROSA AZEVEDO	FUNDAHC – FUNDAÇÃO HOSPITAL DAS CLÍNICAS	GOIÂNIA	CENTRAL
16	CÍNTIA ALVES CARDOSO	SMS GOIÂNIA	GOIÂNIA	CENTRAL
17	STEFÂNIA CRISTINA SOUZA NOLASCO	SMS GOIÂNIA	GOIÂNIA	CENTRAL
18	PATRÍCIA ANTUNES DE NOVAIS	SMS GOIÂNIA	GOIÂNIA	CENTRAL
19	ALEXSANDRO JORGE LIMA	IDTECH (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO)	GOIÂNIA	CENTRAL
20	ROSA IRLENE MARIA	NÚCLEO DE	GOIÂNIA	CENTRAL

	SERAFIM	PROTEÇÃO AOS QUEIMADOS		
21	MARIA CLÁUDIO HONORATO S. SOUZA	SMS APARECIDA DE GOIÂNIA	APARECIDA DE GOIÂNIA	CENTRO SUL
22	PATRÍCIA CARVALHO DE OLIVEIRA	SMS APARECIDA DE GOIÂNIA	APARECIDA DE GOIÂNIA	CENTRO SUL
23	UIRES JOSÉ GUERRA	SMS GOIÂNIA	GOIÂNIA	CENTRAL
24	IVETE SANTOS BARRETO	FACULDADE DE ENFERMAGEM UFG	GOIÂNIA	CENTRAL
Nº	**DELEGADOS SUPLENTES**	**ENTIDADE**	**MUNICÍPIO**	**REGIONAL**
01	MARY ANNE DE SOUZA ALVES FRANÇA	SMS GOIÂNIA	GOIÂNIA	CENTRAL
02	IRANI SILVA SOARES	SMS GOIÂNIA	GOIÂNIA	CENTRAL
03	KELLY CRISTINA DA MOTA LEDO	SMS GOIÂNIA	GOIÂNIA	CENTRAL
04	MARÍLIA JARDIM GUSMÃO	IDTECH	GOIÂNIA	CENTRAL

SEGMENTO DE USUÁRIOS

Nº	DELEGADOS TITULARES	ENTIDADE	MUNICÍPIO	REGIONAL
01	VENERANDO LEMES DE JESUS	UNIVIDA	GOIÂNIA	CENTRAL
02	MARIA DO SOCORRO DE ASSIS	ASS MOR N. RESID BRASILIA	N. GAMA	ENT SUL
03	JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA	ASSOC DE MORADORES	ITUMBIARA	SUL
04	SÂMARA NATACHA BORGES GONÇALVES	GRUPO AAVE	GOIÂNIA	CENTRAL
05	DIVINO ALVES DE OLIVEIRA	ASSOC DE MOR S REAL MARINHO	PALMEIRAS	OESTE II
06	SANDRA LEITE DE JESUS	CONS. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	GOIÂNIA	CENTRAL
07	FABIO DOS REIS FONSECA	GRUPAGO	GOIÂNIA	C. SUL
08	VERA LUCIA DOS SANTOS	NÃO CONSTA	GOIÂNIA	CENTRAL

	LIMA			
09	SEVERINO SOARES DA SILVA	UMMP-CN	C. NOVAS	EST. FERRO
10	EURIDES DE JESUS DOMINGOS	CMP	N. GAMA	ENT. SUL
11	LEANDRO FERREIRA DE OLIVEIRA	ADIM ITABERAI	ITABERAI	R VERMELHO
12	MARIA LANUZIA DANTAS	UNOPAR RIO QUENTE	RIO QUENTE	EST FERRO
13	DAMIÃO MACÊDO DA SILVA	ASSODEF	LUZIANIA	ENT, SUL
14	EDNAMAR APARECIDA O. SILVA	UNP-GO	GOIÂNIA	CENTRAL
15	CARLOS EDUARDO JESUS DOS REIS	AMASH	URUAÇU	S DA MESA
16	SOLANGE SANDRA DE OLIVEIRA	ASMOCOPE 1	GOIÂNIA	CENTRAL
17	AYRTON RENATO RIOS RIBEIRO	SIND SERV P. S M DO ARAGUAIA	S M. ARAGUAIA	NORTE
18	ADELINA RODRIGUES COELHO DIAS	IGREJA SANTA TEREZINHA	CAMPO LIMPO	PIRINEUS
19	RAIMUNDO LINO DOS SANTOS	IGREJA A. DE DEUS	GOIÂNIA	CENTRAL
20	DOMINGAS GOUVEIA DE CARALHO	COMUN QUILOMBOLA JOÃO BORGES	URUAÇU	SER DA MESA
21	NEITON PEDRO CHAVES	ASPHGO	GOIÂNIA	CENTRAL
22	MARIA CONSUELO BASTOS SEABRA	FIEGO	GOIÂNIA	CENTRAL
23	DHIEICKISON ALVES DE OLIVEIRA	SIND FUNC PUB CAVALCANTE	CAVALCANTE	NORDESTE II
24	ZENAIDE MARIA DOS SANTOS	RNP	GOIÂNIA	CENTRAL
25	ODESSON ALVES FERREIRA	AVCESIO	AP DE GOIÂNIA	C SUL
26	LAUANA SOUZA DINIZ	SINDHIDROLINA	HIDROLINA	SER DA MESA
27	UELIS MONTEIRO	CASA	ANÁPOLIS	PIRINEUS

	SANTANA	DESEMILIBERDAD E ANAPOLIS		
28	SANDRA CAMILO EDE	INST DOMICIANO DE JUST E PAZ	GOIÂNIA	CENTRAL
29	NELSON TAROCO	SIND TRB RURAIS DE ACREUNA	ACREÚNA	SUDOESTE I
30	THAIS ROSA FELIPE	ALEGO	GOIÂNIA	CENTRAL
31	AMILTON RACIANO RAMOS	SINTERGO	GOIÂNIA	CENTRAL
32	FRANCISCA AMÉRICA DOS REIS	MOPS	GOIÂNIA	CENTRAL
33	SEBASTIÃO DE PAULA SILVA	ASS USUA SAÚDE MENTAL	GOIÂNIA	CENTRAL
34	ALINE MARQUES SANTOS	DIRET. ACAD. DE ENF. UNIEVANGEL.	ANÁPOLIS	PIRINEUS
35	BENEDITO DA SILVA PEREIRA	ASSOCIAÇÃO POLIVIDA	GOIÂNIA	CENTRAL
36	COLANDY PEREIRA ALBINO	ASS DOS IDOSOS DE ITAUÇU	ITAUÇU	CENTRAL
37	ELIAS TEIXEIRA BORGES	ONG ATITUDE	GOIÂNIA	CENTRAL
38	BOMFIM DA SILVA ARAÚJO	APAE GOIÂNIA	GOIÂNIA	CENTRAL
39	ESTANDISLAU BISPO DA SILVA	FED. DOS APOSENTADOS DE GOIÁS	A. DE GOIÂNIA	C. SUL
40	JOSEZIA NERES MOREIRA	CDL-CAMPOS BELO	CAMPOS BELO	NORDESTE II
41	JOÃO FERREIRA P. JUNIOR	DISTRITO SANITÁRIO LESTE	GOIÃNIA	CENTRAL
42	VALQUIRIA MEDEIROS Q. DOS SANTOS	AMOVIJAX	GOIÂNIA	CENTRAL
43	JOÃO GOMES DE PONTES JÚNIOR	GRUPO DIVERSIDADE LGBT APS	ANÁPOLIS	PIRINEUS
44	PERCILIANA PEREIRA SANTOS	ASS DESENVOL. EDUC. E CULTURA	GOIÂNIA	CENTRAL

45	WALTER DA SILVA MONTEIRO	CMP DE GOIÁS	GOIÂNIA	CENTRAL
46	DAYANE CRISTINA DOS SANTOS ALVES	CEBES	GOIÂNIA	CENTRAL
47	GERINALDO TEODORO DE ASSUNÇÃO	ABRAS	AP DE GOIÃNIA	C SUL
48	MARIA ELIZETE TEIXEIRA DE CASTRO	SINDCRIXÁS	CRIXAS	S PATRICIO I
Nº	**DELEGADOS SUPLENTES**	**ENTIDADE**	**MUNICÍPIO**	**REGIONAL**
01	EDSON SANTANA DO NASCIMENTO	IGREJA IRIS	GOIÂNIA	CENTRAL
02	MARIA DALVA DA SILVA PINHEIRO	ASS GOIANA DE DIABETICOS	GOIÂNIA	CENTRAL
03	JOSÉ CARLOS DA COSTA ANTUNES	ASS DOS AMI DO C LIVRE DE ARTES	GOIÂNIA	CENTRAL
04	BERNADETE BARATA DE MORAIS	NAC	GOIÂNIA	CENTRAL
	EVITA ALVES DUNCAN	ASS TIO CLEOBALDO	GOIÂNIA	CENTRAL
	SOELMA CANDIDO PEREIRA	AMA	ARAGOIÃNIA	C SUL
Nº	**CONVIDADOS**	**ENTIDADE**	**MUNICÍPIO**	**REGIONAL**
01	ANTONIO JOSÉ MARTINS	ASS. PEQ. PROD. RURAIS BEBEDOURO	MIMOSO	S PATRICIO II
02	JILVANI FARIAS DOS SANTOS	FRENTE G, C, A PRIVATIZAÇÃO	GOIÂNIA	CENTRAL
03	CASSIO HENRIQUE ALVES DE OLIVEIRA	COLET. FEMINISTA OLGA BENARIO	GOIÂNIA	CENTRAL
04	FERNANDO MARCELLO NUNES PEREIRA	EXEC NAC. DOS EST DE NUTRIÇÃO	GOIÂNIA	CENTRAL
05	LAURIANNA ALEXANDRINA N.S. VIEIRA	EXE NAC DOS EST DE ENFERMAGEM	GOIÂNIA	CENTRAL
06	VICTOR HUGO FERREIRA JARDINI	CENTRO ACAD ANDRÉ RIBEIRO	GOIÂNIA	CENTRAL

07	GABRIELA RODRIGUES DE L. TEJERINA	FRE GOIANA CONT. A PRIVATIZAÇÃO	GOIÂNIA	CENTRAL
08	ROSA MARIA DA SILVA MAIA	ROTARY CLUBE	SENADOR CANEDO	CENTRO SUL
09	MARIA APARECIDA V. DE SOUSA		PLANALTINA DE GOIÁS	ENTORNO NORTE

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da 15ª Conferência Nacional de Saúde ensejou ao Conselho Estadual de Saúde de Goiás (CES/GO) a possibilidade de avaliar suas ações enquanto Gestor da Política de Participação e Controle Social do SUS no Estado de Goiás, nesse contexto, apoiar os Conselhos Municipais requer o mapeamento das necessidades mais prementes dos mesmos. Os relatórios enviados pelos municípios são extenso e rico material para guiar o trabalho do CES quanto à qualificação do controle social no Estado, tanto para o fazer cotidiano na construção das políticas públicas de saúde, quanto para a fiscalização e a co-gestão do Sistema Único de Saúde e para as próximas conferências.

Os relatórios revelam ainda a necessidade de planejamento que privilegie a Educação Popular como ferramenta a fim de qualificar os conselheiros e a equipe técnica do Conselho Estadual, além dos profissionais lotados nas regionais de saúde visando o fortalecimento das relações interfederativas e da Participação e Controle Social nos municípios.

Observa-se claramente a ausência de compreensão de diversos conceitos relacionados ao exercício da cidadania e da organização e funcionamento dos conselhos e conferência de saúde, por parte de um número significativo de representantes da sociedade organizada. Essas questões representam grandes desafios para o Conselho Estadual de Saúde e as organizações populares na caminhada para construir a participação popular.

Goiânia – GO
Setembro – 2015.